

**Quando documentar não é suficiente:
obras, datas, reflexões e construções teóricas**

Ruth Verde ZEIN*

*Arquiteta FAU-USP 1977, Mestre e Doutora em Teoria, Historia e Critica da Arquitetura,
PROAR/UFRGS 2000/2005, Professora e pesquisadora da FAU-UPM
Rua Vieira de Moraes 762 #35 04617-002 São Paulo SP Brasil
rvzein@gmail.com

Resumo

A idéia de “transposição cultural” parece permear de maneira explícita ou não os estudos historiográficos sobre arquitetura tratando de modernidades não européias, estabelecendo como corolário implícito a noção de que os fatos, obras, discursos, tendências e debates arquitetônicos necessariamente ocorrem primeiro lá e depois aqui. Se bem seja instrumento válido para compreender algumas manifestações da primeira modernidade (~1920-1945), sua adoção indiscriminada e acrítica no reconhecimento de fatos, obras, discursos, tendências e debates arquitetônicos da segunda modernidade (após 1945) tende a prejudicar ou impossibilitar outras possibilidades mais apropriadas de compreensão crítica do campo. Na ausência desse instrumento, e a partir do exame atento e da interpretação rigorosa e sistemática da documentação disponível, em especial, dos projetos e obras de arquiteturas e de sua correta datação, sugere ser possível estabelecer outras possibilidades de leitura e interpretação do campo, usando a documentação e seu exame como instrumento hábil para superar tais cristalizações conceituais acríticas. Dá como exemplo estudos recentes que pretendem rever criticamente as definições canônicas sobre o tema do brutalismo, possibilitando o estudo de suas obras a partir de sua apreciação como documentos, de cunho arquitetônico, construtivo e visual.

Palavras-Chave: documentação, crítica, brutalismo

Abstract

This text dispute the idea of “cultural transposition” that frequently pervade the historiographic architectural studies dealing with non-European modernities and its consequences, mostly its implicit corollary - that facts, works, discourses, tendencies and architectural debates necessarily occur first there then here. It accepts that such idea may be useful when dealing with some restrict local manifestations on the first modernity period (~1920-1945), but argues that its indiscriminate adoption and extension to explain facts, works, discourses, tendencies and architectural debates of the second modernity (after 1945) tends unnecessarily to be inappropriate; and that its crystallization as a common, a-critical tool, tends to blur or to preclude other more

concerted studies. Suggests that other more appropriate conceptual tools would construct distinct and more precise interpretations, mostly when one takes into account an extensive, rigorous and systematic examination of the documentation, including the projects and architectural works themselves, and taking good notice of their correct dates. Exemplifies with a brief summary about the recent researches being held by the author on the subject of the “brutalism”, studies supported by the careful study of the documentation, mostly the works themselves and their dates, considered as liable documents capable of activating other, nonaligned, architectural, constructive and visual interpretations.

Keywords: documentation, critic, brutalism

É preciso respeitar os documentos. Mas os documentos não falam por si mesmos: aguardam ser interpretados. E nunca é demais lembrar, como bem apontou Marina Waisman, que “se bem os objetos da reflexão provém da realidade, a problemática que comportam não se revela neles de um modo direto e evidente; será a reflexão que há de descobrir ou revelar problemas e questões que subjazem na realidade fática, pois o ato de formular questões ou perguntas se apóia em conceitos, em idéia; com base neles é que se produzem as descobertas; e logo será a práxis que responderá – positiva ou negativamente – às perguntas ou exigências formuladas pela reflexão”¹.

Os documentos, incluindo-se as obras de arquitetura – que são também documentos da maior importância e densidade para nosso campo de estudos – aguardam pacientemente por nossas reflexões. Mas jamais serão esgotados por elas: a qualquer momento um outro olhar lhes trará nova vida. Os mesmos documentos, iluminados por outras perguntas, sugerirão precisões e revisões, de singelas a revolucionárias. Mas para que isso ocorra é preciso se permitir fazer novas perguntas. Sem a dúvida sistemática não há ampliação ou revisão de campo; mas ela só pode consistentemente ocorrer se aceitarmos que nem tudo está claro, dito e definido. E sem nos darmos ao trabalho de voltar às origens – à documentação – e novamente interrogá-la.

Por exemplo.

Parece haver uma idéia subjacente e prevalente permeando quase todas as historiografias canônicas da arquitetura moderna, em especial daquelas que tratam de outras modernidades não européias. Trata-se de uma idéia cuja presença é sutil e difícil de apontar, já que subjaz na base de muitas assunções, sendo dada por sentada, e não sendo muito discutida por se acreditar evidente. Trata-se da noção de “transposição cultural” - de idéias, modelos, formas, etc.. No caso dos estudos sobre as nossas arquiteturas ocorrendo sempre e necessariamente segundo um eixo imaginário, originado no norte e repercutindo no sul. Aceita tal idéia, de imediato se estabelece um corolário implícito: a noção de que os fatos, obras, discursos, tendências e debates arquitetônicos necessariamente ocorrem primeiro lá e depois aqui. A partir desse corolário, e para confirmá-lo, se constroem explicações - reais ou supostas - de como e porque isso é assim; e finalmente, se validam essas explicações adotando-se a crença de que elas mesmas seriam a causa eficiente e necessária para que as coisas sejam assim mesmo (em um círculo vicioso tão bem fechado que quase ninguém se dá conta disso).

¹ Waisman, 1990, p.35.

Estando as coisas postas assim – e uma vez postas, a lei da inércia as faz imóveis até que se as empurre com muita força - pode acontecer, por exemplo, que algum pesquisador menos bem informado - nem tanto sobre as obras e os documentos e sim sobre como e o que se “deve” pensar (ou melhor, sobre o que se considera licito pensar) -, decida pesquisar novamente os fatos: as obras arquitetônicas concretas, suas datas de projeto e obra, suas características peculiares, etc. Digamos – hipoteticamente – que esse pesquisador perceba que, seja no norte, seja no sul, arquiteturas que poderiam ser chamadas de modernas² ocorrem mais ou menos ao mesmo tempo, com diferenças de menos de meia década em muitos casos, em datas portanto muito próximas; eventualmente, até poderá encontrar obras, ditas modernas, e com datas anteriores àquelas dos supostos pioneiros do norte. E pode até mesmo achar uma quantidade tal de “exceções” que, com esses fatos na mão, pode vir a duvidar que as coisas tenham acontecido conforme afirmam tais historiografias; e que quem sabe, seria o caso de revisá-las.

Entretanto, tal pesquisador/a hipotético descobrirá rapidinho que é difícil – muito difícil – convencer seus pares de que, o que tem em mãos, é algo mais que um punhado de anomalias. Se duvidará de seu trabalho, se acusará de distorção ou de erro; se isso não for suficiente, se acusará de nomes feios (nacionalista, regionalista, chauvinista, etc.); e se desconsiderará suas dúvidas, seus fatos e suas construções teóricas pelo simples motivo de que “as coisas não podem ter acontecido como aconteceram” - pois estão impedidas a isso pela construção teórica prevalente. Nascida talvez de outros fatos; mas para a qual foi outorgada validade universal - por extensão, por costume e por preguiça.

Trata-se, é claro, de um caso hipotético: nada desse tipo jamais ocorreu entre nós - especialmente se estivermos lidando com obras da chamada primeira modernidade, ou seja, na décadas de 1920-1945. Ou melhor: claro que aconteceu e acontece; evidente que vários autores já toparam com essa situação e trataram desse tema, de diversas maneiras. Mas sua contribuição, se for relutantemente aceita, tenderá a ser classificada,

² Não será neste artigo o lugar para se discutir como se valida essa qualificação de “moderno”. Não porque não seja um detalhe muito importante, mas apenas para não fugir ao tema. Mas tenho claro e consciente que a definição não é nem pacífica nem simples, e que sobre ela também pesam alguns dos preconceitos ideológicos e geográficos que aqui se vão expor. E por isso, necessito debatê-los antes, para depois discutir a classificação de “moderno”, que virá em outro momento. Mas adianto que compartilho as dúvidas de autores como Goldhagen (2005) sobre a classificação meramente estilística da modernidade; mas no meu caso, não para abolir os parâmetros de estilo e forma, e sim para conceder que não necessitam ser os únicos parâmetros de julgamento. Até porque, para nós o que interessa é abrir o campo, e não validar novas barreiras ideológicas que nos impeçam de nele entrar.

na melhor das hipóteses, como um evento episódico, uma distorção pontual, um caso menor e menos significativo, considerando-se o consideração o conjunto, etc. Nem mesmo o acúmulo de estudos de tal tipo parece ser suficiente para romper facilmente essa barreira. E talvez esses casos sejam mesmo anômalos – mas talvez, não sejam. E a documentação por si só é insuficiente para demonstrar o ponto – se não for acompanhada de novas perguntas, outras reflexões, e do questionamento das construções teóricas vigentes.

O assunto fica ainda mais tenso quando se trata de interpretar os fatos da arquitetura moderna correspondentes às décadas seguintes - ou seja, ~1945-1975³.

Apesar da mudança de fase e de décadas, a idéia de transposição cultural – que seguramente tem seu valor na compreensão, análise e estudo do momento da chamada primeira modernidade – foi-se entranhando de tal maneira nos estudos historiográficos tratando da arquitetura do século 20 que de alguma maneira se cristalizou e se instalou, passando a ser indiscriminadamente adotada, sem maior exame, inclusive de ali em diante. Mas é mantida nem tanto porque os novos fatos também a chamam à arena, mas quase sempre apenas por inércia: de fato, não segue sendo empregada graças a um exame aprofundado e bem fundamentado dos fatos – que ao contrário, se examinados fossem, a caducariam. Por inércia, torna-se um dispositivo, ou uma ferramenta, ou uma idéia prevalente de segundo grau: um “a priori”. E assim, sem muito os pesquisadores se darem conta, seguem adotando-a como base para interpretar também as obras pós 1945 e suas relações com aquele imaginário eixo norte-sul. O qual, idem idem, segue-se acreditando existir, e seguir “norteando-nos” a todos, e funcionando sempre com mão de direção de lá pra cá, aparentemente ainda apto para a compreensão das chamadas segundas modernidades. Tal ferramenta – a transposição cultural – é extraída das fronteiras temporais nas quais parecia ter certa pertinência (no máximo, antes da 2ª Guerra), e se a faz sobreviver mais além de sua data de criação e validade. Transborda-se, assumindo um papel de não lhe compete: o de instrumento canônico e inquestionável, que segue sendo invocado porque sim, mesmo quando sua prevalência e utilidade se mostram cada vez menos defensáveis e cada vez mais indevidas; e se aplica, de cima abaixo, por sobre as modernidades destas outras décadas, e é claro, destes outros lugares.

³ Também não será aqui o momento de discutir porque o panorama muda radicalmente a partir de 1945, e de qualquer maneira o assunto está presente em muitos e variados autores. seja implicitamente – como por exemplo no livro de Montaner (1993); seja explicitamente (Bastos, Zein, 2010).

Imaginemos então que aquele tal hipotético e intrometido pesquisador/a volte à cena e se ponha a constatar, com base nos fatos – no estudo dos documentos, das obras e projetos, das duas datas de projeto e construção, das suas características, etc - arquiteturas projetadas e construídas nos anos 1945-75. Digamos que os documentos, e principalmente suas datas, sugeriram não caber no caso sugerir simplesmente a existência de uma mera "transposição cultural", nem muito menos indiquem a prevalência do ponto cardinal norte no eixo imaginário dos caminhos do sul. Pode haver, e há, influências⁴; mas seu desenho é de rede, teia e nuvem, e não de eixo com sentido único.

Mesmo assim, vai continuar sendo difícil – muito difícil – fazer crer aos seus pares que pode haver algo de podre na percepção simplificadora e "transpositora" como base de explicação, de validade universal, para o que ocorre nos reinos ao sul da Dinamarca nessas modernidades pós ~1945. Claro, poderíamos sugerir de novo que esse tal pesquisador/a é hipotético – mas neste caso, e considerando-se tudo o que tem sido estudado e publicado nem que seja apenas no âmbito do Docomomo brasileiro, nem eu nem vocês podemos em sã consciência acreditar mais nisso. E no entanto, eppur *non si muove*.

Outro exemplo.

Por muitas e boas razões se aceitam as datas de ~1920-1945 para definir o momento de origem e de definição "da" modernidade arquitetônica do século 20. Tal afirmação, mesmo se aceita e aplicada, não nasceu espontaneamente: tem origem circunstanciada e limitada, foi deduzida, bem ou mal, da análise de algumas obras modernas - mas não de todas. Entretanto, os historiadores que a corroboram não se pejam em imediatamente universalizá-la, por efeito da síndrome do umbigo do rei (que dita que um cidadão de um lugar que se crê central tende a crer que o que pensa é compartilhado pelo universo).

Dessa definição se desdobra outro corolário: que o que vem depois de 1945 seguirá sendo sempre, necessariamente e apenas um desdobramento; mais do mesmo; consolidação de pautas já claras e definidas, estabelecidas e plenamente conformadas. E se por acaso os fatos arquitetônicos desse outro momento "que se segue" não permitam,

⁴ A autora usa o termo influência em sua tese de doutorado (Zein, 2005) a partir de uma leitura crítica da contribuição de Harold Bloom (2002, p.23-4), como "fardo estimulante", "interpretação criativa", "apropriação poética"; e principalmente, como escolha – da parte do influenciado – e não como imposição ou transposição (termo que sugere certa inevitabilidade passiva de quem "sofreria" o processo). A influência não precisa resultar em diminuição do valor do ato criador, e é tanto o mais presente quanto mais forte for o/a poeta – e/ou, o/a arquiteto/a.

por sua natureza documental, ser claramente incluídos nessa “continuidade”, a solução para explicar tal aparente paradoxo é considerar esses outros fatos com sinal negativo: como distorção, deturpação, desvio e perda de um “verdadeiro” sentido; esse sim original, de uma vez e para sempre fundado e estabelecido; e é claro, pertencendo a outro tempo e a outro lugar, que não é aqui (nem pode ser, por efeito dos axiomas anteriores).

Pois bem: volta à ação nosso incauto hipotético e abusado personagem pesquisador/a e resolve perguntar, pensar e demonstrar – com base na documentação disponível - outras possibilidades de interpretação que lhe parecem ser mais plausíveis e conformes com os fatos, abrindo outras possibilidades para se compreender tais fenômenos.

De novo, será difícil que seus pares aceitem o que tem a dizer, e/ou que compreendam, na devida extensão e plenitude, as alternativas de interpretação que estiver propondo. Não bastam os fatos: as teorias e interpretações historiográficas vigentes que “regulamentam” o campo tenderão a seguir impávidas, sem dobrar-se facilmente à constatação de quaisquer fatos “novos” que ponham em risco a sua validade⁵. Não exatamente elas, mas o campo que elas desenham e determinam, onde repercutem e por onde afetam a todos os demais. Novas interpretações baseadas no reexame da documentação – que podem parecer atos inocentes – de fato tendem a produzir importantes fissuras, que até certo ponto podem ser apenas absorvidas pelo campo; até se admitir que de fato se trata de um terremoto – coisa muito mais penosa e complicada.

E assim, as arquiteturas modernas situadas em outros sítios geográficos, que se tenham historicamente estabelecido nas décadas “depois”, seguem sendo constrangidas a serem lidas e interpretadas, sempre e necessariamente, como atrasadas, como influenciadas em mão de direção única (de lá pra cá), como posteriores e secundárias, mesmo quando não forem. E possivelmente sobre elas se aplicará também o primeiro axioma: serão consideradas (porque estão depois e alhures), fatos necessariamente nascidos da “transposição cultural”. Se trata, como já foi dito, de um círculo vicioso; e os perdedores somos sempre os que estamos neste outro ponto cardeal.

⁵ As teorias, obviamente, não pensam: para ser sutil, o texto atira uma prosopopéia. Mas evidentemente somos nós, os pesquisadores, que relutamos em rever nossas verdades prontas e definidas. Infelizmente, quanto mais experientes somos mais a situação se agrava: se já publicamos muito, perceber que nossos textos podem se tornar anacrônicos por força de novas pesquisas tende a na melhor das hipóteses nos desagradar, na pior, nos enfurecer: é da natureza humana. Mas é também da natureza da pesquisa, quando boa, que ela seja subversiva. E é melhor nos prepararmos, pois nos tocará nossa vez mais adiante.

Por sorte, estamos no século 21. Vivemos em uma época onde é possível e viável a admissão da variedade e da complexidade. Passamos a valorizar as aberturas a outras possíveis abordagens. Vivemos a admissão da pluralidade; podemos abrir e variar.

Mas na maioria dos casos, abrir e variar não é necessariamente questionar: pode ser apenas (ou querer ser apenas) contribuir educadamente, sem por em risco o status quo. Permitem-se aberturas, claro - mas sempre quando se limitem a ser superficiais e epidérmicas. Podem se pensar outras coisas, claro – sempre quando não se chegue a provocar nenhuma convulsão importante. A diversidade bem comportada está admitida, e ademais, gosta de sua posição secundária, porque aspira ser aceita pela hierarquia vigente; e é bem-vinda por esta porque é politicamente correta. É permissível porque refresca a arena com novos temas e pautas e sugere que o campo é livre, até porque está sendo enriquecido com outras visões geográfico-culturais. Sempre quando, é claro, aceitem seu papel de alteridade admissível, à qual não cabe enfrentar de maneira demasiado dura o que ali já está, repousado e se supondo bem estabelecido. Podemos, nos permitem – mas só se soubermos encontrar nosso lugar próprio. Que será preferencialmente à margem, de maneira a não colocar em dúvida o núcleo mesmo das “verdades” fundantes vigentes (que já perderam a memória de terem sido e de seguirem sendo apenas meias verdades) e das teorias vigentes (que por inércia e abuso da autoridade se deixam perpetuar).

E entretanto, ampliar o campo talvez possa ser mais do que permitir ao “outro” seu lugar periférico. Talvez seja, perigosamente, por em dúvida a existência de um centro, de onde supostamente emanariam e de onde supostamente se comandariam, antes e sempre, as polaridades. E talvez não seja necessário substituir um centro por outro, mas admitir a pluralidade de maneira menos preconceituosa, e mais ampla.

Estas considerações seriam apenas exercícios sobre o nada se não fosse porque, se bem elas aqui se apresentam de maneira abstrata, de fato nasceram de situações bem concretas. E são reflexões que tomam por base algo aparentemente básico e inofensivo: a documentação. E que percebem o seu potencial de transformação do campo - sempre quando o olhar que sobre elas pousar se permita fazer novas perguntas e não aceitar idéias prontas que não passem pelo crivo da razão – e mais que isso, dos fatos. São idéias que nasceram da cuidada e demorada apreciação dos nossos mais densos documentos: os projetos e as obras; e da verificação acurada das suas datas. Parece pouco, mas não é.

Enquanto a pesquisa se limita a constatar, parece inofensiva. Quando se propõe a analisar e comparar documentos - inclusive obras - de quaisquer partes do mundo, considerando-as todas, a princípio, no mesmo pé de igualdade (ou seja, sempre como documentos, e não a partir do filtro de explicações ideológicas e/ou historiográficas nelas incrustadas a priori) pode acontecer que a pesquisa perceba e revele outras coisas, muito distintas. E pode acontecer - e acontece - que inviabilizem, entre outras ferramentas, a idéia da “transposição cultural”; pois esta tende sempre a empanar o olhar, a impedir que quem estude os documentos encontre outra coisa que não uma continuidade posterior, ou a polaridade, ou o atraso, etc. Mas caso se supere essa barreira, as demais caem muito facilmente: os documentos, se examinados em sua própria natureza, não só validam como veementemente sugerem miradas distintas.

Mas se bem as considerações acima tenha nascido do estudo dos documentos - projetos e obras, suas datas, suas características, etc.; se bem cheguem a conclusões claras e que se pretendem honestas, terminam sendo afetadas pelos vícios e preconceitos do campo, e por isso, poderão ser recebidas com certa incredulidade. Podem ser difíceis de compreender e aceitar em toda sua plenitude e conseqüências, porque quem as lê ou vê, não as pode aceitar, estando a isso impedido pela crença nas construções teóricas prevalentes - sem perceber que estas acabaram de se tornar anacrônicas.

Os mesmos fatos - os documentos -, se vistos de outros ângulos, podem dar lugar a outras premissas e a distintas conseqüências. Que finalmente, talvez possam chegar a ter certo potencial para minar, nem que seja em parte, o que já parece estar bem sentado e estabelecido. E talvez por isso mesmo essas interpretações, nascidas da reflexão sobre a documentação, tem dificuldade em se tornar críveis: não porque não sejam plausíveis, mas porque estão sob a sombra ocultadora das construções teóricas prévias, que sem nos darmos muita conta disso, estão empatando o campo.

A modo de posfácio, algumas considerações finais.

O conteúdo deste artigo nasceu a partir da reflexão crítica, talvez um tanto irônica, sobre uma situação pessoal e concreta. Meus estudos sobre as obras brutalistas dos anos 1950-70, primeiro paulistas, depois brasileiras, e nos desdobramentos mais recentes da pesquisa, incluindo exemplos colhidos em várias partes do continente americano (e pretende-se ir além), tem buscado apoiar-se na força dos documentos - as obras, suas datas, sua comparação sem preconceitos ou apriorismos, e sem aceitação a-crítica das “explicações canônicas” previamente existentes; ao menos, sem antes passá-las pelo crivo das informações concretas que se ia recolhendo. A somatória desses estudos vem

resultando na necessidade de se proceder a uma revisão historiográfica do assunto “brutalismo”; a qual ainda está se processando, mas que já tem claras algumas premissas e resultados, que adiante exponho muito resumidamente.

Mesmo assim, quando esses estudos são comunicados em textos, eventos, aulas; e muito especialmente quando são comunicados aos pares – aos que sabem mais, e não aos que nunca pensaram nada sobre esse assunto - tendem a ser recebidas com certa atitude de incredulidade. Em geral, não se questionam os fatos, porque estes sequer são re-examinados para conferir se minhas hipóteses e conclusões sobre eles se sustentam. Duvida-se, quase sempre e apenas porque outras autoridades - vindas do reino, claro - dizem que não é assim, é de outro jeito: e estamos⁶. É como se a memória de textos “canônicos” lidos na infância de nossa formação tivessem mais precedência e mais autoridade do que estudos contemporâneos, sistemáticos, cuidadosos e bem fundamentados, que põem em dúvida esses textos porque demonstram suas fraquezas e insuficiências. Nesse caso, é uma questão de outorga ou não autoridade às pessoas - e não, como seria correto, aos seus estudos.

Entretanto, temo que, com o tempo, as interpretações que venho sugerindo se tornem por sua vez canônicas, mas que isso ocorra apenas no mau sentido: porque de tanto eu as repetir, ou serem repetidas meio rapidamente por outros, se tornem aceitas – também por ganho de autoridade – e mesmo sem um acurado exame crítico de seu conteúdo. E assim, passarão de subversivas a óbvias sem que de permeio se examine com cuidado o trabalho que as propôs. Então, gostaria de deixar claro que não é meu objetivo convencer ninguém a não ser pela força dos fatos, ou seja, pela documentação e interpretação – e não, de maneira ideológica ou consuetudinária. E igualmente, assim aspiro que o trabalho seja criticado, e não por mera antipatia a priori.

E para não perder o costume, volto a afirmar as conclusões de meus estudos recentes e em andamento sobre o brutalismo dos anos 1950-70, que agora parecem fazer sentido não apenas para o caso paulista, mas para muitos outros casos já em estudo.

Que o “brutalismo”⁷ pode ser entendido como uma tendência arquitetônica muito prevalente nas décadas de ~1950-1970 em todo o planeta, podendo ser entendido como

⁶ Outro questionamento comum e recorrente é dos que pretendem que “não se pode dizer essas coisas porque serão mal-interpretadas” por alunos e outros receptores”. Trata-se de uma crítica de juízo moral que não pode ser considerada, sob pena de eliminarmos a pesquisa, e até mesmo a escrita, vez que tudo pode ser mal interpretado na vida.

⁷ Conforme definido em textos anteriores da autora, Zein (2005, 2007).

conformando um outro tipo de “estilo internacional” daquele momento, pois que foi adotado em uma enorme variedade de obras, por quase todos os arquitetos vivos e atuantes naquelas décadas. Que foi sempre mal amado e até execrado pelos críticos e historiadores imediatamente posteriores à sua consolidação, expansão e decadência, os quais ajudaram a desprezar e esquecer essas obras (as ruins como as boas, e as há e muitas). Que entretanto segue vivo através dos rastros que imprimiu na formação de muitos arquitetos mais jovens e hoje atuantes, e pode ser percebido como impregnando algumas das tendências arquitetônicas presentes na prática projetual contemporânea. E que por estar em parte redivivo, bem convinha proceder à recuperação historiográfica do brutalismo e das suas mais importantes e melhores obras, nem que fosse para qualificar – quem sabe até, superar - sua presença oculta no ambiente projetual contemporâneo. Para recuperar seu status, ou melhor, para lhe outorgar um renovado status, é importante admitir que o brutalismo é pouco menos que um estilo, mas tendia a sê-lo; que provavelmente não foi um movimento, e foi parco de discursos auto-referenciados; que se configura e estabelece temporalmente e espacialmente mais ou menos ao mesmo tempo em quase toda parte; e que a força dos fatos e das datas indicam não ser de origem britânica, nem predominantemente influenciado pelo caso britânico, que sem dúvida é um caso importante, mas apenas tanto quanto outros mais; e que assim, obviamente, não tem nada a ver com a efígie dos deuses nórdicos em uma moeda. Que foi um fenômeno amplo e universal e que mesmo assim, admitiu variações locais que também são de interesse; que embora tenha ocorrido em toda parte do mundo ao mesmo tempo, sem que seja possível detectar uma origem central predominante, deve sua origem certamente à contribuição magistral de Le Corbusier e, de maneira secundária mas também importante, a Mies; que talvez ocorra com certa anterioridade, e talvez com mais vigor e invenção, nos países que então se denominavam de “terceiro mundo”. E que finalmente, não é uma ética, mas uma estética - mesmo quando se tenha que admitir que na maior parte das vezes seus autores parecem privilegiar uma certa moral operativa que busca evidenciar estruturas e limitar a paleta dos materiais construtivos. Que não tem uma essência, pois o que tem em comum todas suas obras são as superfícies. Que ainda é um tema maldito, tabu, provocativo – e por isso mesmo, é muito interessante.⁸

⁸ Uma versão parcial deste texto foi apresentada no Seminário Internacional “Puntos Cardinales de la Teoría de La arquitectura 1920-1950” e publicada nos seus anais (Universidad Nacional de Rosario, 2011). O debate crítico que se seguiu à sua exposição foi muito intenso e rico, e sem dúvida colaborou para a revisão e precisão do presente texto. Mesmo se, de fato, os mesmos fenômenos de não aceitação priori das minhas proposições tenham ocorrido então, o embate direto com os colegas de alto nível intelectual que discordaram das minhas posições me foi extremamente útil, senão ao menos, para

Referências

GOLHAGEN, Sarah Williams. Something to Talk about: Modernism, Discourse, Style. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 64, No. 2 (Jun., 2005), pp.144-167. University of California Press on behalf of the Society of Architectural Historians disponível em <http://www.jstor.org/stable/25068142> . Acesso em 24/03/2011.

WAISMAN, Marina. *El interior de La historia. Historiografía arquitectónica para uso de Latinoamericanos*. Bogotá: Escala, 1990.

ZEIN, Ruth Verde. *A arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1953-1973*. Tese de doutorado apresentada ao PROPAR-UFRGS. Porto Alegre, 2005.

ZEIN, Ruth Verde. Brutalismo, sobre sua definição (ou, de como um rótulo superficial é, por isso mesmo, adequado). *Arquitextos* (on-line) 084.00, ano 07, mai 2007. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.084/243>, acesso em 04/05/2011.

confirmar que essa não aceitação a priori a partir de convicções ideológicas arraigadas que não se desejam questionar, por razões políticas ou consuetudinárias não é apenas uma figmento da minha imaginação.